



Xanana, as bandeiras e o povo de Ainaro

Adelino Gomes

24 de Janeiro de 2000, 0:00

Partilhar notícia

- Partilhar no Facebook
- Partilhar no Twitter
- - Partilhar no LinkedIn
 - Partilhar no Pinterest
 - Enviar por email
 - Guardar
 -

Dorme em cima de uma secretária, num posto administrativo abandonado. Corre a abraçar os que o esconderam durante um mês num buraco cavado na terra. Aguenta perguntas sobre perguntas sobre a mesma coisa, numa sessão de quatro horas. Vê o discurso interrompido pelas Trindades, que reza com o povo. Uma viagem de Xanana Gusmão pelas altas montanhas do centro de Timor, de Díli a Ainaro, acompanhada pelo PÚBLICO. Cujo enviado testemunhou noutras jornadas por terras do interior inacessível o encontro de afectos dos timorenses com Ximenes Belo e Vítor Melícias e a peregrinação do Nobel Ramos-Horta aos lugares de infância.

"Ainaro arvora os de olhar vivo. "

Ruy Cinatti, "Para Uma Corografia Emotiva de Timor (1946-1972)"

Já passou mais de uma hora, mas há ainda gente a entrar no vasto salão do "pré-seminário" S. Luís Gonzaga, no centro de Ainaro. Empurradas pela multidão, as crianças sentam-se tão à frente que podem tocar-lhe, se quiserem. O ritual da recepção seguiu o esquema consagrado: honras militares prestadas pelos mais velhos, armados de catanas e flechas, os braços e os tornozelos enfeitados de colares, braceletes, adornos de prata; versos de exaltação da luta e do líder recitados por uma criança (muitas vezes, como foi o caso hoje, em uniforme de escuteiro); relatório das actividades políticas da região pelo responsável local; discurso do "Presidente do CNRT", Xanana Gusmão. O povo é agora convidado a falar das suas dificuldades, a levantar dúvidas, a pedir esclarecimentos. Xanana puxa de mais um cigarro. Percorre a assistência com o olhar, à espera da primeira pergunta, que tarda. No seu longo discurso, fizera uma viagem pela história dos 24 anos de ocupação, ressaltando o papel desempenhado pelas populações na resistência. Detivera-se na transição e nos desafios da independência ("atenção que não a temos ainda. Ela paira no ar. Mas precisamos de a construir. A ocupação durou 24 anos. O CNRT [Conselho Nacional da Resistência Timorense] dá 25 anos para a reconstrução. E vai provar que pode construir um país"). Termina insistindo na supremacia do poder do povo sobre os governantes: "Não é o Presidente que vai governar; não é o ministro que vai governar. É o povo. Se o presidente roubar, vai para a cadeia. Se o ministro roubar, tiramo-lo e metemo-lo na cadeia." Como numa espécie de preparação para o momento seguinte, explica o que quer dizer a palavra "democracia". E acentua a necessidade da livre crítica: "No tempo dos indonésios, dizíamos que alguma coisa estava mal e eles cortavam-nos os dedos. Agora, se está mal, devemos dizer que está mal." A primeira intervenção pertence a um homem que diz chamar-se Armando Fernandes e que se queixa da falta de comida, mas cuja maior preocupação se centra em questões políticas. Quer saber, definitivamente, que bandeira devem os timorenses respeitar mais: a da RDTL - República Democrática de Timor-Leste (que a Fretilin

hasteou na proclamação unilateral de independência, em 28 de Novembro de 1975) ou a do CNRT, em que os timorenses votaram no referendo de 30 de Agosto? O homem não deixa dúvidas quanto ao que pensa, ao caracterizar a bandeira da RDTL como "aquela pela qual os nossos irmãos, os nossos amigos, os nossos guerrilheiros morreram ao longo destes 24 anos". Xanana pede que outros façam mais perguntas. Levanta-se uma mulher, vestida de preto. Senhora de uma notável facilidade de expressão, começa por desejar Boas Festas ao líder para logo a seguir perguntar, "com todo o respeito", qual a bandeira que o povo deve honrar: "A da RDTL, que içámos durante a luta", ou a do CNRT? O terceiro interveniente pergunta para onde vai Timor, "se cada um começa a puxar a brasa à sua sardinha?". Já se adivinha mesmo o que ele pretende: ouvir de Xanana uma palavra sobre qual a bandeira que o povo deve respeitar mais... O líder timorense, que começara há minutos a remexer-se na cadeira, levanta-se e arranca para uma resposta que durará quase uma hora. Ainda na noite anterior, em conversa informal com o PÚBLICO, a caminho precisamente desta cidade, Xanana mostrara-se convencido da insignificância do novo partido que adoptou o nome e a bandeira da efémera República Democrática de Timor-Leste (RDTL). "É um pequeno grupo de radicais", comentara, displicente. Constituído por figuras conhecidas mas minoritárias da antiga Fretilin, o grupo tornou-se muito falado em Díli por ter feito uma aliança aparentemente contranatura com o PNT (Partido Nacionalista Timorense, de Abílio Araújo, o antigo presidente da Fretilin que mais tarde veio a defender a tese de uma autonomia alargada do território no seio da Indonésia) e por uma razão à margem do debate político: um dos seus membros esbofeteou em público o dirigente da Fretilin, Mari Alkatiri, mal este regressou a Timor-Leste. A sucessão fulminante de perguntas sobre a bandeira parece demonstrar, contudo, uma identificação dos "radicais" com o povo e aconselha Xanana a uma resposta firme e convincente. "Temos de voltar atrás", começa, recordando as condições em que, pressionada pela Indonésia que já ocupava militarmente boa parte da zona fronteiriça e isolada de

Portugal, que fazia orelhas moucas aos seus pedidos de negociação, a Fretilin decidiu proclamar unilateralmente a independência. "A RDTL foi uma decisão política para parar a invasão em Atabai. Tomámo-la em casa do Xavier [do Amaral, ao tempo presidente da Fretilin]." "U-ni-la-te-ral-men-te", martela por várias vezes. "Se a comunidade internacional a tivesse reconhecido, a ONU tinha mandado tropas [quando a Indonésia invadiu o território]. Ora o que aconteceu foi que a ONU aprovou uma resolução reconhecendo Portugal como potência administrante. Se a ONU e Portugal tivessem reconhecido a RDTL, não precisaríamos do referendo. Por causa do referendo é que veio a Interfet. Por causa do referendo é que vem agora a força de manutenção de paz." Xanana detém-se no impasse a que a resistência chegou no início da década de 80, quando, do Comité Central que enfrentou as legiões de Suharto, apenas ele e Ma'Huno restavam no mato. Conta o que lhe disse em 1982 o "saudoso bispo" D. Martinho Lopes (a quem o Vaticano viria a afastar da diocese de Díli por o considerar demasiado próximo da resistência): "Filho, larga o marxismo. Temos de agarrar o povo todo." Revela os apoios que iam surgindo à luta contra a ocupação indonésia das mais inesperadas figuras e filiações partidárias. "Os padres apoiavam; Guilherme Gonçalves, da Apodeti, ninguém sabe, mas muitos documentos saíram de Jacarta através dele; a UDT queria ajudar", mas o "comunismo" da Fretilin constituía um obstáculo intransponível a uma aliança. Diz que estes foram os fundamentos do processo por si liderado de despartidarização das Falintil e de criação de uma estrutura política mais abrangente - o Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM). E explica que tamanha era a necessidade de alargar cada vez mais a base de apoio da resistência que rapidamente se decidiu eliminar da sigla a letra M (de maubere) substituindo-a pela letra T (de Timor). Volta então ao tema da bandeira. "Não foi só a Fretilin que fez a guerra. Também a fizeram a Igreja, a UDT, outros partidos. Porque é que dizemos que as Falintil são do povo? Porque saíram da Fretilin e passaram a abranger toda a gente." Por isso a sua bandeira foi

adoptada pelo CNRT. Insiste que a RDTL foi uma decisão "unilateral" da Fretilin. "Muitos dizem que derramámos o sangue pela bandeira. É verdade. Mas o nosso objectivo é mais do que a bandeira: é a independência." Senta-se e fica a aguardar uma nova ronda de perguntas. Uma mulher e um homem levantam-se, chegam à frente e falam. A dúvida que os atormenta resume-se no essencial em saber qual das duas bandeiras (a da RDTL ou do CNRT) deve ser mais respeitada? Xanana não se dá por achado e inicia um novo discurso explicativo, agora mais brutal. "Em 1977, a Fretilin decidiu adoptar o marxismo-leninismo. O povo não foi ouvido. Matou-se muita gente." Bate repetidamente na mesa. "O sangue foi derramado pela bandeira ou pelo significado da bandeira? O significado é a independência. Eu respeito a bandeira da RDTL. Não podemos apagar o dia 28 de Novembro da História. Mas também o 11 de Agosto [data do golpe da UDT]. E o 20 de Agosto [data do contragolpe da Fretilin]. Da História faz parte o bem e o mal. Quem quiser tem direito a continuar agarrado ao 28 de Novembro. Para mim, a data mais importante é a [do referendo] de 30 de Agosto." Cala-se, acende novo cigarro, dá uns goles no café que as mulheres vieram distribuir pelos convidados. Sucedem-se no uso da palavra outros elementos da assistência, todos na casa dos 40 anos. Martinho quer saber qual a bandeira mais importante; António mistura tétum com bahasa para perguntar no essencial o mesmo - RDTL ou CNRT? Xanana parece à beira de um ataque de nervos. A bandeira da transição é a bandeira do CNRT, que é a bandeira das Falintil, que é a bandeira da unidade nacional, diz, em resumo. Mas o discurso agora desbrava um outro caminho: "Não é preciso pensar já na bandeira da independência. porque estamos ainda com fome, ainda estamos doentes." Depois das eleições, quando houver uma Assembleia Constituinte, então haverá um concurso para a bandeira. Conta uma história passada durante o período em que as milícias quiseram obrigar toda a gente a hastear uma bandeira indonésia em casa. Para irritação dos jovens, um velho, no Oecussi, cedeu às pressões e pendurou a bandeira indonésia numa árvore

sagrada. Resposta do velho aos protestos dos jovens: "Vocês são cultos mas parvos. É preciso sabermos viver. Depois, no referendo, eu vou votar na independência. E nessa altura o pano da bandeira indonésia nem para fazer cuecas me vai servir." O povo ri. Xanana mal goza o efeito, disparando logo outra história, de sinal contrário, mas com o mesmo objectivo táctico de desdramatizar a importância da bandeira, que ameaça transformar-se nestas quase quatro horas que leva já a sessão de esclarecimento no tema-fetiche de toda a vida política de Timor. Antigo soldado de 2ª linha quando Timor era uma colónia de Portugal, um velho recusou-se a levantar a bandeira indonésia. "Porquê?", quis saber um militar indonésio. "Porque no tempo dos portugueses ensinaram-me que nem a sombra dela nós podíamos pisar. Mas agora, com vocês, até no curral dos porcos se põem as bandeiras..." A sessão termina com os vivas da praxe a Karala Xanana Gusmão e a Timor-Leste. O líder timorense sai de semblante mais carregado do que é habitual. Decide ali mesmo fazer uma visita surpresa a uma povoação das redondezas, Soro Crai, onde há dez anos o povo escavou um buraco de quatro metros e ali o manteve escondido da tropa indonésia, durante mais de um mês. O jipe que a solidariedade japonesa lhe ofereceu e a bordo do qual tem vindo a percorrer o território toma o caminho de Maubisse. Antes do desvio para a aldeia, numa casa isolada do lado esquerdo de quem sai de Ainaro, um pano vermelho e negro flutua no cimo de um comprido mastro. "Olha, olha, a bandeira da RDTL", diz um dos membros da comitiva. Está desvendado o mistério das perguntas todas iguais de toda a gente durante toda a manhã. O pequeno grupo de radicais promete obrigar Xanana a responder ainda por muito tempo à pergunta de Armando Fernandes e de mais uma dezena de homens e mulheres de Ainaro: qual a bandeira que os timorenses devem respeitar mais - a do CNRT, ou a da RDTL, pela qual milhares derramaram sangue ao longo de um quarto de século?

[Xanana, as bandeiras e o povo de Ainaro | PÚBLICO \(publico.pt\)](http://publico.pt)

<https://www.publico.pt/2000/01/24/jornal/xanana-as-bandeiras-e-o-povo-de-ainaro-139229>